

UM DIÁLOGO SOBRE CULTURA E CURRÍCULO

Edilsa Mota Santos Bastos¹

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar um diálogo entre a ideia de cultura e teoria do currículo. Para fazer esse diálogo, foi preciso trilhar por alguns caminhos, tais como, a origem das palavras e contextos históricos. No campo sobre cultura, vamos percebê-la como liberdade, determinação, atividade, resistência, mudança, identidade e desconstrução. Enquanto o currículo, estudos e pesquisas apontam que, à priori, foi só uma teoria experimental diante da conglomeração provocada pela imigração de massa durante os anos vinte do século XX nos Estados Unidos, em meio a Revolução Industrial. Tal instrumento tem sido objeto de pesquisas, análises e de discussões nos cursos de formação docente nas universidades. O currículo encontra-se imerso nas teorias tradicionais, críticas e pós-críticas. Por essa razão, buscamos dialogar e compreender esse contexto, visto que o currículo é caracterizado por ser um instrumento de controle social e cultural, além de influenciar desde o ensino de base à universidade, forjando assim, as identidades dos sujeitos. A pesquisa tem abordagem qualitativa, pois, se caracteriza pela construção de uma revisão bibliográfica sobre currículo e cultura. O lastro teórico é subsidiado por autores que se debruçam sobre os temas, Silva (2019); Eagleton, (2011); Arroyo (2015); Sacristán (2017); Lopes e Macedo (2011); Macedo (2002); Samara e Tupy (2010), dentre outros autores.

Palavras-chave: Cultura, Currículo, Formação Docente.

INTRODUÇÃO

Para fazer um diálogo entre cultura e currículo, foi preciso trilhar alguns caminhos, tais como, a origem das palavras cultura e currículo, conceito e contexto histórico. No livro *A ideia de cultura* de Terry Eagleton, vamos perceber a ideia de cultura dentro de uma categorização, a cultura para quem vive na cidade; no campo; no campo religioso; no campo político; a cultura como história social e a cultura como transição histórica.

No campo do diálogo sobre cultura, vamos percebê-la como liberdade, determinação, atividade, resistência, mudança, identidade e desconstrução. De acordo com estudos, percebemos as múltiplas linguagens que a palavra cultura oferece, ou seja, em cada campo do saber, a palavra cultura ganha uma conotação diferente. Segundo Eagleton, (2011), a cultura se desloca de seu significado individual para o social, o que permite a cultura refinar a percepção das pessoas, levando em consideração que o conceito de cultura nasceu em pleno Iluminismo.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural/Pós-Crítica da Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus II). Bolsista CAPES. E-mail: edilsamota@hotmail.com.

O Iluminismo foi um período histórico que ficou registrado e conhecido como o século das Luzes e ilustração, em tal período, ocorreu um forte movimento intelectual e filosófico que dominou o mundo das ideias na Europa no século XVIII, denominado também como o século da Filosofia. As ideias eram pautadas na razão, tendo como principais fontes a autoridade e a legitimação das ideias proporcionando liberdade, tolerância, progresso, governo constitucional, fraternidade, além de defender a separação entre Estado e Igreja.

Durante a era Iluminista, alguns nomes receberam destaque, dentre eles Francis Bacon, René Descartes e John Locke. Francis Bacon defendia a ideia de que a cultura se transforma numa atividade e, tal atividade imbrica em adubamento das mentes humanas. Desta feita, nos remete a origem da palavra cultura que tem sua raiz no latim *colere* que significa “ação de tratar”, “cultivar” ou “cultivar a mente e os conhecimentos”, como salienta Eagleton (2011, p. 10). Outras expressões também são usadas para designar a palavra cultura em múltiplas estruturas e superestruturas de forma intercambiáveis.

Dentre essas estruturas ou superestruturas, temos o currículo educacional. De acordo com Silva (2019, p. 16), o currículo passa por uma “análise social e cultural”, o que significa que está sempre sendo estudado e pesquisado, pois, suscita muitas indagações no campo das representações teóricas. Existe uma relação de interdependência do objeto com a teoria, como explícita o autor, portanto, precisamos interpelar o objeto ou a teoria, afim de que, possamos conhecer e compreender sua história e com quais objetivos fora criado.

Os autores que elencam essa discussão, dialogam entre si, na perspectiva de explanar a importância do currículo enquanto instrumento norteador da prática pedagógica. A interação no cotidiano da escola, implicado com o planejamento, remete a uma rotina que propicia aos professores e alunos uma interação contextualizada, conduzindo-os às experiências, conhecimento, desafios e superações. “A escolarização só faz sentido na medida em que constrói condições para que os sujeitos possam resolver problemas sociais reais”, como afirmam Lopes e Macedo (2011, p. 141).

Entende-se que todo profissional está sujeito a normas para a promoção de suas atividades, com o professor não é diferente, “nenhum professor quer soluções da teoria do currículo – no sentido de ser instruído sobre o que ensinar”, seria uma das alternativas tecnicistas e contribuiria para enfraquecer o exercício docente (YOUNG, 2014, p. 194). O currículo está para o professor, assim como os códigos civis, criminais, trabalhistas, etc., estão para os que advogam. Todos estão sob normas para exercícios profissionais.

METODOLOGIA

O presente artigo, trata-se de uma revisão bibliográfica sobre a ideia de cultura e a teoria de currículo, explanando e dialogando entre si, os autores que discorrem sobre ambos os campos, apresentando seus conceitos, onde e quando surgem. A função dos dois campos distintos para o contexto social, histórico, político, educacional, cultural e de como influenciam a sociedade.

De acordo com Barros e Lehfeld (2014, p.), “a pesquisa bibliográfica é de grande valia e eficácia ao pesquisador porque ela permite obter conhecimentos já catalogados em bibliotecas, editoras, internet, videotecas”, dentre outras fontes. Com base em tais afirmativas, o lastro teórico é subsidiado por autores que se debruçam sobre os temas, como Silva (2019); Eagleton, (2011); Arroyo (2015); Sacristán (2013, 2017); Lopes e Macedo (2011); Macedo (2002); Samara e Tupy (2010) e Moreira e Silva (1994).

Dessa forma, busca-se diferenciar o conhecimento científico do conhecimento do senso comum, com informações objetivas que corroboram para a autenticidade do trabalho em questão. O trabalho foi construído com base em leituras, análises, escritas de resumos e resenhas dos textos, explanando ideias e informações trazidas pelos autores que se debruçam e, discutem sobre os temas.

De acordo com Samara e Tupy (2010, p. 18), as pesquisas sobre aspectos históricos, estão sujeitas “à identificação e à análise de diferentes olhares, sob diversas abordagens, em temporalidades distintas”. O olhar do historiador, vai coadunar com as pistas, fios condutores que o permitam enveredar por caminhos em busca de elementos que contribuam para a reescrita da história de um ponto de vista prismático.

CONCEITO DE CULTURA

A palavra cultura é decisiva na transição histórica, constituída com caráter filosófico, traz à baila questões libertárias e deterministas que envolvem atividades, resistências e mudanças numa perspectiva construtiva e dialógica, englobando dimensões naturais e artificiais. Uma dialética constante, tem o poder de desconstruir, ressignificar e de transformar desde uma simples palavra até algo concreto numa escala tridimensional aos olhos humano. Perpassa pela natureza, ganha contornos nas poesias e transcende os corpos.

Segundo Eagleton (2011, p. 12), “a natureza produz os meios da sua própria transcendência, tal como o suplemento a que se refere Derrida está já contido naquilo que amplifica”. Na construção e movimento histórico, dá-se o cumprimento de regras pré-estabelecidas que envolvem uma dialogicidade entre o que é ou não regulado. Vale ressaltar que a regulação das regras estabelecidas advém em sua maioria por meio de instituições.

Podem ser inflexivas, mas em sua maioria, não são tão duras, “alguém que estivesse inteiramente eximido de convenções culturais não seria mais livre do que alguém que fosse escravo delas” (2011, p. 13). Observa-se que estas convenções fazem-se necessárias para estabelecer a ordem nos âmbitos sociais, políticos, econômicos, educacionais e culturais, visto que:

[...] A cultura, assim, é uma questão de autossuperação tanto quanto de autorrealização. Se ela celebra o eu, ao mesmo tempo também o disciplina, estética e asceticamente. A natureza humana não é exatamente o mesmo que uma plantação de beterrabas, mas, como uma plantação, precisa ser cultivada – de modo que, assim como a palavra “cultura” nos transfere do natural para o espiritual, também sugere uma afinidade entre eles. Se somos seres culturais, também somos parte da natureza que trabalhamos. Com efeito, faz parte do que caracteriza a palavra “natureza” o lembrar-nos da continuidade entre nós mesmos e nosso ambiente, assim como a palavra “cultura” serve para realçar a diferença (EAGLETON, 2011, p. 15).

É preciso estar atento para compreender que como seres culturais, estamos sujeitos a desordens por várias razões inerentes aos seres humanos. São situações intrínsecas a natureza humana. A cultura como “espécie de pedagogia ética que nos torna aptos para a cidadania”, é o que leva o sujeito a pensar politicamente nos princípios e necessidades coletivas.

De acordo com Macedo (2002, p. 31), neste campo da ordem e desordem, “nos ensinaram a aprender separando as coisas, mas também nos ensinaram que as coisas funcionam numa determinada ordem que é preciso conservar para não transgredir e, assim, não perder a legitimação”. Percebe-se que de maneira assertiva, os sujeitos estão sob uma força reguladora de ordenança que molda-os e também inculca-os.

O Estado é o aparelho regulador que se faz presente para mostrar que homens e mulheres passam pelo processo civilizatório ou numa visão crítico cultural, descolonizadora, através dos exercícios de responsabilidades a partir dos processos de aprendizagens que são instituídas desde o momento da infância até a fase adulta. Durante esta fase cronológica dos acontecimentos, existe um elemento digno de consideração e reflexão de forma geral, a temporalidade.

Macedo (2002, p. 32) afirma que, “trata-se de perceber aqui o real alterando-se pelas ações concretas dos atores sociais”, tais questões formam o coletivo entre os sujeitos, a ordem

e desordem se dão de forma interativa, uma imbrica a outra, nesse processo de temporalidade que estabelece-se entre ambas transformando-se numa “temporalidade marcadamente mais rica”.

A medida em que os sujeitos são submetidos a ordem, o Estado cumpre a função de regular e transformar os indivíduos descolonizando-os. De acordo com Eagleton (2011, p. 16), “a cultura é uma espécie de pedagogia ética que nos torna aptos para a cidadania política”, desta forma, a cultura determinada pelo Estado regula, controla, molda os sujeitos objetivando assim, uma espécie de organização política que hegemoniza a população evitando conflitos e desordens.

Portanto, esse contexto nos remete a outra esfera cultural e política da sociedade bastante pesquisada e discutida ao longo da construção histórica, o campo educacional. O desafio em trazer à baila um diálogo entre cultura e currículo, nos inquieta a pensar nas contribuições contextualizadas de cultura e currículo na formação docente.

CONCEITO DE CURRÍCULO

Segundo o minidicionário Luft (2002, p. 210), o currículo é um substantivo masculino que significa “curso; carreira; conjunto das matérias que fazem parte de um curso; conjunto de dados profissionais ou intelectuais de estudantes ou candidatos, ou folha com esses dados”. Como podemos observar, os significados se contextualizam num mesmo sentido, formação ou educação do sujeito.

Macedo (2002, pp. 37-38), corrobora dizendo que a história do currículo se dar de forma colonizada de migrantes. No entanto, na busca de aprimorar o currículo em suas singularidades, ocorre naturalmente, a descolonização histórica desse instrumento social, conferindo-lhes identidade singular, norteadas pelo “direito à diferença e a igualdade”, são sinais de pluralidade de um instrumento com caráter administrativo, criado em meio a Revolução Industrial.

De acordo com Silva (2019), o currículo passa por uma “análise social e cultural”, o que significa que está sempre sendo estudado e pesquisado, pois, suscita muitas indagações no campo das representações teóricas. Existe uma relação de interdependência do objeto com a teoria, como explicita o autor, portanto, precisamos interpelar o objeto ou a teoria:

Podemos ver como isso funciona num caso concreto. Provavelmente o currículo aparece pela primeira vez como um objeto específico de estudo e pesquisa nos Estados Unidos dos anos vinte. Em conexão com o processo de industrialização e os movimentos imigratórios, que intensificavam a massificação da escolarização, houve um impulso, por partes de pessoas ligadas sobretudo à administração da educação,

para racionalizar o processo de construção, desenvolvimento e testagem de currículos (SILVA, 2019, p. 12).

A priori foi só uma teoria experimental diante da conglomeração provocada pela imigração de massa, como discorre Silva. O currículo desde seu surgimento, não dá sinais de ser um objeto neutro. De onde surgem as propostas que origina-o, não dando espaço para ser aplicado com neutralidade, possivelmente, subverteria a intenção de seus idealizadores.

A origem da palavra “que vem do *latim curriculum*”, significa “pista de corrida”. É nessa corrida incessante que, “nos tornamos quem somos”, momento para pensar “identidade e subjetividade” do ser, como salienta Silva (2019, p. 15). A partir de então, teremos um currículo de fato com função pedagógica e que não se limite apenas no campo da teoria, mas também, no campo da prática e da práxis pedagógica, consubstanciada pela “organização e método” em consonância com a ideia defendida pelo autor.

Segundo Young (2014, p. 193), “essa teoria derivou do gerenciamento científico desenvolvido por F. W. Taylor e, em seguida foi aplicada às escolas”. Então, os “teóricos do currículo” instruíam os professores para dar aulas, utilizando o modelo fabril, de modo que se assemelhasse ao modelo de atividades “manuais”, repassados através do processo de ensino para as escolas. Não havia participação dos professores na elaboração do currículo escolar, tal função era de responsabilidade de pessoas que administravam as empresas ou cientistas das fabricas.

Frederick Winslow Taylor, foi um engenheiro norte-americano que introduziu o conceito da chamada Administração Científica, revolucionando todo o sistema produtivo no começo do século XX e criando a base sobre a qual se desenvolveu a atual Teoria Geral da Administração. Criada por Taylor no fim do século XIX e início do século XX, que se baseia na aplicação do método científico na administração com o intuito de garantir o melhor custo/benefício aos sistemas produtivos.

Sacristán (2013, p. 16-17), contribui com a contextualização do conceito e da história do currículo e aponta vestígios do currículo desde a Roma Antiga apresentando três definições do currículo daquele período, o primeiro significava carreira, o segundo, controle no processo de ensino-aprendizagem e o terceiro, um “plano de estudos proposto e imposto aos professores pela escola”. O estudos apontam para o modelo tradicional do ensino na Europa e Estados Unidos.

No Brasil, obedecendo aos ensinamentos dos padres jesuítas pelo ensino de catequese, perdurou o ensino tradicional até a segunda década do século XIX. Os estudos, pesquisas e questionamentos sobre o currículo em nosso território, data a partir de 1920, “com o movimento da Escola Nova” no âmbito nacional, levava “a concepção de que era preciso decidir sobre o que ensinar ganha força e, para muitos autores, aí se iniciam os estudos curriculares”, conforme Lopes e Macedo (2011, p. 21).

Na Idade Média o Currículo era composto pelas disciplinas de “Gramática, Retórica e Dialética”. Além dessas três disciplinas, haviam outras quatro que compunham as “disciplinas instrumentais”, são elas: Astronomia, Geometria, Aritmética e Música, como salienta Sacristán (2013, p.17), as “sete artes” formaram, em princípio, o conhecimento de forma organizada que resistiu por “séculos nas universidades europeias”.

O que permitiu ao currículo estabelecer-se de forma organizada, ordeira, frente as expressões condizentes as estruturas da formação do currículo, equilibrando fragmentos e seguimentos dos conteúdos em sua composição, enquanto instrumento social e cultural como revela Silva (2019, p.11), e ao afirmar que essa “teoria representa e espelha a realidade”, por essa razão durante centenas de anos não houve grandes mudanças no currículo escolar, só a partir do momento em que o currículo começa a passar pela “análise social e cultural” como explicita o autor.

É a partir desses aspectos que iniciamos um breve diálogo entre cultura e currículo contextualizando-os na formação docente nos cursos de formação de professores nas universidades, portanto, Moreira e Tadeu (1994), contribui discutindo sobre a ideologia do currículo, o currículo enquanto instrumento de poder e enquanto processo cultural que corrobora para uma construção teórico-crítica transformando-os em indissociáveis.

A CULTURA E O CURRÍCULO NA FORMAÇÃO DOCENTE

A história da teoria crítica do currículo surge a partir da sociologia do currículo, as análises feitas sobre o currículo escolar está amalgamada ao contexto social e histórico. De acordo com Moreira e Silva (1994, p. 28), “o currículo é uma área contestada, é uma arena política”, que é mapeada e contextualizada pelo tripé “ideologia, cultura e poder”.

O currículo se mostra como uma arena de disputa disseminando ideias pautadas nos interesses da classe burguesa, que por sua vez, utilizava o currículo escolar para propagar “suas ideias sobre o mundo social, garantindo assim a reprodução da estrutura social existente”:

Essas ideias seriam diferencialmente transmitidas, nas escolas, às crianças das diferentes classes: uma visão de mundo apropriada aos que estavam destinados a dominar, outra, aos que se destinavam às posições sociais subordinadas. Essa transmissão diferencial seria garantida pelo fato de que as crianças das diferentes classes sociais saem da escola em diferentes pontos da carreira escolar: os que saem antes “aprenderiam” as atitudes e valores próprios das classes subalternas, os que fossem até o fim seriam socializados no modo de ver o mundo próprio das classes dominantes. [...] De forma geral, essa transmissão da ideologia estaria centralmente a cargo daquelas matérias escolares mais propícias ao “ensino” de ideias sociais e políticas: História, Educação Moral, Estudos Sociais, mas estariam presentes, também, embora de forma mais sutil, em matérias aparentemente menos sujeitas à contaminação ideológica, como Matemática e Ciências (MOREIRA; SILVA, 1994, p. 29-30).

Percebe-se a intencionalidade que acompanha o currículo desde seu surgimento. Esta ideologia cultivada passou por refinamento ao longo da história perpassando o âmbito escolar e a sala de aula propriamente dita, que nos remete para a perspectiva de cultura. A cultura, aqui imbricada, trata-se de uma linguagem e conteúdos inseridos na composição e manutenção dos interesses de uma classe dominante que defende a transmissão do conhecimento.

Por isso, dar-se-a a relação de poder na definição do currículo, e, é por esta razão que “o currículo é, assim, um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação, recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão” como afirma Moreira e Silva (1994, p. 36).

A inter-relação costurada na forma como a relação de poder se constitui, só é possível nas relações sociais de onde existe um grupo ou sujeitos, “que são submetidos à vontade” de outrem. Segundo Moreira e Silva (1994, p. 37), existe uma linha tênue onde os sujeitos ou grupos se separam, são “os diferentes grupos sociais em termo de classe, etnia, gênero, etc.”, tais linhas, são responsáveis, “tanto pela origem quanto o resultado de relações de poder”. Nesta perspectiva, vamos perceber esta relação em um contexto que está amalgamada a prática que consiste em:

Reconhecer que o currículo está atravessado por relações de poder não significa ter identificado essas relações. Grande parte da tarefa da análise educacional crítica consiste precisamente em efetuar essa identificação. É exatamente porque o poder não se manifesta de forma tão cristalina e identificável que essa análise é importante. No caso do currículo cabe perguntar: que forças fazem com que o currículo oficial seja hegemônico e que forças fazem com que esse currículo aja para produzir identidades sociais que ajudam a prolongar as relações de poder existentes? Essas forças vão desde o poder dos grupos e das classes dominantes corporificado no Estado – uma fonte central de poder em uma educação estatalmente controlada – quanto nos inúmeros atos cotidianos nas escolas e salas de aula que são expressões sutis e complexas de

importantes relações de poder. Nesse sentido, é importante não identificar o poder simplesmente com pessoas ou atos legais, o que poderia levar a negligenciar as relações de poder inscritas nas rotinas e rituais institucionais (MOREIRA; SILVA, 1994, p. 38).

Como afirmam os autores, as relações de poder são estabelecidas através da “teorização curricular crítica em um esforço contínuo de identificação e análise das relações de poder envolvidas na educação e no currículo”. Desta forma enquanto seres pensantes que somos, devemos pensar sobre tais relações de poder, que envolvem “as relações de classe, etnia, gênero” e os efeitos que são produzidos a partir do currículo.

De acordo com Moreira e Silva (1994, p.39), “o currículo, como campo cultural, como campo de construção e produção de significações e sentido, torna-se, assim, um terreno central dessa luta de transformação das relações de poder” inerentes aos sujeitos. Com base nessas questões, percebemos o real sentido quando afirmamos que o currículo é um instrumento de controle social, e uma arena de disputa das relações de poder.

De modo que os conceitos centrais sistematizam e sintetizam as relações dos sujeitos ou grupo com o poder, que, desencadeiam “preocupações e problemáticas da teorização educacional crítica”, como discorrem os autores Moreira e Silva (1994, p. 39). Os conceitos aqui expressos, são a ideologia, a cultura e o poder. Um destes conceitos referidos é o currículo oculto, que normalmente não aparece no currículo oficial, porém, existe e sempre cumpre a função nas experiências que não são evidenciadas pelo currículo oficial.

Segundo Macedo (2002, p. 22), a “ciência da educação”, a partir das transformações locais e globais, amalgamadas “a tradição da teoria crítica em currículo”, dos estudos complexos que a envolve, são transformações nem sempre condizentes com as necessidades reais na prática da educação escolar, o que nos inquieta a pensar na formação do sujeito enquanto aluno.

A emancipação que muitas vezes não ocorre durante a formação estudantil, são atribuídas as origens e intencionalidades do currículo. De acordo com Silva, (2019, p. 13), “o efeito final, de uma forma ou de outra, é que o currículo se torna um processo industrial e administrativo”, aspectos que apontam para a formação técnica, profissional para o mercado de trabalho, não necessariamente para uma formação cidadã, que impulsiona o sujeito para uma construção crítica do ser, emancipando-o.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Young (2014, p. 196), a educação é uma ciência que “trata de fazer coisas com e para os outros”, ou seja, preza pelo bem coletivo, de forma a minimizar as desigualdades sociais. A educação é estruturada por etapas que corrobora para a formação do sujeito, tais etapas vão desde o maternal até a universidade. É “um sistema de relações sociais e de poder” atados pelo currículo.

Ao longo da história, o currículo foi relacionado com a ideia de “conhecimento dos poderosos”, tal conhecimento também serviu “para manter as desigualdades educacionais”, o que levou o currículo a ser negligenciado e quando investigado, mostra vestígios claros de inclusão e de exclusão, ou seja, o currículo como instrumento norteador educacional, também se mostra excludente no decorrer da história, de acordo com Young (2014, p. 201).

Observa-se, que diante de tal afirmativa, subentende-se que não há flexibilidade nas disposições contidas no currículo. O que dificulta a aplicabilidade durante o planejamento e execução do disposto, visto que nem sempre atente as especificidades das instituição de ensino educacional. Desta feita, torna-se inquietante pensar no currículo, nota-se a complexidade que emerge nas discussões elencadas por este instrumento.

Todo esse exercício sistemático, vai acontecer “antes de passar a ter alguma realidade como experiência de aprendizagem para os alunos”. Podemos observar que, os fenômenos na educação ocorrem de forma contextualizada, as experiências curriculares são obtidas a partir das interações dos sujeitos que integram o contexto escolar, sobretudo, o professor, como afirma Sacristán (2017, p. 20).

O currículo enquanto construção cultural e social, vai corroborar para o processo educativo nas interações concretas que perpassam pela práxis pedagógica e nas perspectivas que englobam elementos como o planejamento, a didática, a avaliação e demais variáveis que identificam o lócus escola e, conseqüentemente da educação e suas nuances.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo a análise de Michael Apple (2006, p. 212), a partir de então, podemos pensar nos elementos que interferem ou inferem nas práxis pedagógicas, na didática e na educação. São investigações que esmiúçam a composição do currículo, visto que, sua identidade foi constituída no período de efervescência do Capitalismo, o que o leva ao entrelaçamento de conexões e “questões de poder e de controle econômico e cultural”.

Os aspectos apontados pelo autor, estão longe do campo da neutralidade. Percebe-se que profissionais que atuam na área da educação, principalmente em sala de aula, são intelectuais que “desempenham funções na reprodução cultural” e “econômica das reproduções de classe”, como explicita Apple (2006, p. 213). Talvez não ocorra de forma intencional, mas, por não conhecerem sobre a origem do currículo e de que forma pensavam seus idealizadores, ou seja, acontece de forma involuntária.

Ao pesquisar e analisar o currículo escolar, nos deparamos com um sistema operante sob aspectos político e econômico, em que, boa parte do tempo, inviabiliza a condição do sujeito professor e educador, refletir suas práticas com consciência crítica frente as contribuições ou não do currículo. Afinal, o currículo também funciona como instrumento que segrega no processo educativo das classes subalternas, não viabilizando atividades que só os alunos das classes dominantes tem acesso.

A escola pública, acaba sendo responsável também por essa segregação na vida escolar dos alunos, pois, na maior parte do tempo, nega ao sujeito o acesso ao capital cultural. Segundo Arroyo (2012, p. 39), “porque nessas escolas chegam vidas precarizadas que contrastam e contestam o oculto à missão salvadora que as ciências e tecnologias dos currículos prometem superar e extinguir”, como um balsamo para expectativas e perspectivas de um futuro melhor. De um direito constituído por lei, de valores que dignificam o ser humano, enquanto sujeito protagonista da sua própria história.

De acordo com Arroyo (2015, p. 59), “a cultura tem estado ausente nos currículos de educação básica e de formação de docentes-educadores/as, ausente nos diversos cursos de educação superior”, podemos observar que os problemas e lacunas que acometem o currículo, perpassam por todos os níveis da escolarização, ou seja, perpassa pelos campos do saber e do conhecimento que circundam desde a educação de base, educação infantil até o nível considerado mais elevado da formação dos sujeitos, às universidades.

A emancipação é resultado das lutas, discussões, reflexões e enfrentamentos, que são desencadeados ao longo do tempo e da história como forma de resistência contra a tirania e desrespeitos aos direitos legítimos universais, constitucionais, sociais, culturais, educacionais, políticos, econômicos, religiosos, coletivos e individuais. Toda essa construção só é possível através das lutas pelos coletivos, como uma forma de preservar suas culturas ou ressignificá-las.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo** / Michael W. Apple; tradução Vinicius Figueira. – 3. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ARROYO, Miguel G. **Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos** / Miguel G. Arroyo. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 47-68, jan./mar. 2015. Editora UFPR
- _____. **Currículo, território em disputa** / Miguel G. Arroyo. – 3. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BARROS, Aidil de Jesus Paes de. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas** / Aidil de Jesus Paes de Barros, Neide Aparecida de Souza Leheld. 23. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura** / Terry Eagleton; tradução Sandra Castello Branco; revisão técnica Cezar Mortari. – 2. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- LOPES, Alice Casimiro. **Teorias de currículo** / Alice Casimiro Lopes, Elizabeth Macedo. – São Paulo: Cortez, 2011.
- LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft** / colaboradores Francisco de Assis Barbosa, Manoel da Cunha Pereira; organização e supervisão Lya Luft. – São Paulo: Ática, 2000.
- MACEDO, Roberto Sidnei. **Crhysallís, currículo e complexidade: a perspectiva crítico-multirreferencial e o currículo contemporâneo** / Roberto Sidnei Macedo. - Salvador: EDUFBA, 2002.
- MOREIRA, A. F. B. SILVA, T. T. **Currículo cultura e sociedade**. Editora Cortez – São Paulo – 1994.
- SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas do currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- _____. **O currículo: uma reflexão sobre a prática** / José Gimeno Sacristán; tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa; revisão técnica: Maria da Graça Souza Horn. – 3. ed. – Porto Alegre: Penso, 2017.
- SAMARA, Eni de Mesquita. **História & Documentos e metodologia de pesquisa** / Eni de Mesquita Samara e Ismênia Spínola Silveira Truzzi Tupy. – 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo** / Tomaz Tadeu da Silva. – 3. Ed.; 11. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- YOUNG, Michael. **Teoria do currículo: o que é e por que é importante**. *Caderno de Pesquisa* v.44 n. 151 p. 190-202 jan./mar. 2014.